



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**COMMODITIES E DESENVOLVIMENTO: A INTRODUÇÃO DO CULTIVO DE  
SOJA NO AMAPÁ COMO POTENCIAL ECONÔMICO DE DESENVOLVIMENTO  
VOLTADO AO MERCADO EXTERNO**

Larissa de Carvalho Diniz<sup>1</sup>

Charles Achcar Chelala<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar a possibilidade de desenvolvimento econômico a partir da exportação da produção de soja no Amapá, descrevendo a evolução da produção e comercialização da soja no estado, e analisando dados de expansão da fronteira agrícola tendo como orientação a Teoria do Encadeamento Produtivo de Albert Hirschman e a Teoria da Base Exportadora de Douglas North.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amapá; Exportação; Soja; Desenvolvimento Econômico.

**ABSTRACT**

This article aims to analyze the possibility of economic development from the export of soybean production in Amapá, describing the evolution of the soybean production and commercialization in the state, and analyzing data on the expansion of the agricultural frontier, based on the Theory of Linkage Effects, by Albert Hirschman and the Theory of Export-base, by Douglas North.

**KEYWORDS:** Amapá; Export; Soybean; Economic development.

**INTRODUÇÃO**

O estado do Amapá conta com importantes fatores locais capazes de potencializar a atividade agrícola na região, como a proximidade da região de cultivo com a área portuária e a sua estratégica localização geográfica em relação ao escoamento da produção para os

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal do Amapá-UNIFAP como requisito básico para a conclusão do Curso de Relações Internacionais.

<sup>2</sup> Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional; Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas; em Economia e Sustentabilidade e em Planejamento e Orçamento. Professor da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

principais mercados internacionais, tais fatores, propiciaram a inclusão do estado na logística nacional de produção de grãos.

A expansão desta nova fronteira agrícola é recente, pois no ano de 2012 não foi identificado nenhum hectare plantado da cultura de soja no estado do Amapá, já no ano seguinte foram identificados 4,5 mil hectares, e em 2016<sup>3</sup> as plantações registraram um aumento de 281% somando 42 mil toneladas colhidas.

Se comparado às demais áreas de produção de soja no país, esses números ainda podem ser modestos, entretanto, este é um fenômeno que avança rapidamente e que possui capacidade para modificar o perfil da economia amapaense, tendo em vista que atualmente a economia local é fortemente vinculada ao setor público, que representa 44%<sup>4</sup> de todas as riquezas geradas no estado; com a inclusão do Amapá na logística nacional de produção de grãos, estimasse que este segmento em uma década possa movimentar 2 Bilhões por ano<sup>5</sup>, e ainda gerar 15 mil postos de trabalhos diretos e 75 mil indiretos.

Diante desta perspectiva o presente artigo busca descrever a evolução da produção, comercialização e exportação de soja no estado do Amapá, analisando dados de expansão da fronteira agrícola por intermédio das teorias de desenvolvimento econômico regional de Albert Hirschman e Douglas North, com o objetivo de responder ao seguinte questionamento: A produção de soja no Amapá destinada à exportação tem capacidade de promover o desenvolvimento e alterar o atual cenário econômico local?

## **O PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UM PAÍS**

Diversos autores contribuíram e contribuem para o entendimento dos papéis desempenhados pela agricultura no desenvolvimento econômico dos países; dos fisiocratas aos contemporâneos, e comum o entendimento de que a agricultura ocupa um papel fundamental neste processo.

Os fisiocratas precursores da primeira escola econômica científica, fundada no século XVIII, percebiam o sistema econômico como um organismo regido por leis inerentes ao cosmo, cuja terra seria sua principal fonte de riqueza, como destacam os autores Corazza e Martinelli Junior:

---

<sup>3</sup> Fonte: Associação dos Produtores de Soja-APROSOJA,2016.

<sup>4</sup> Fonte: Contas Nacionais – IBGE, BC, Secex-2018.

<sup>5</sup> Fonte: Associação dos Produtores de Soja -APROSOJA, 2016.

Para François Quesnay, o fundador da Escola Fisiocrata, a riqueza das nações dependeria da agricultura, o único setor produtivo da economia, uma vez que só a terra teria a capacidade de multiplicar alimentos. Por isso, logicamente, era em torno dela que deveria se organizar toda a atividade econômica do país. A agricultura deveria receber também todos os favores do governo, pois de seu desenvolvimento dependeriam todo o desenvolvimento econômico, as finanças do Reino e o bem-estar social. O próprio comércio e a manufatura tinham seu desenvolvimento atrelado ao desenvolvimento agrícola. (CORAZZA, MARTINELLI, 2002, p.13)

Portanto, na perspectiva da escola fisiocrata a indústria, o comércio e as profissões eram úteis, porém estéreis, uma vez que, simplesmente reproduziam o seu valor consumido na forma de matérias primas e subsistência para os trabalhadores; logo a indústria apenas transferiria de lugar uma riqueza que havia sido produzida genuinamente pela agricultura, ou em maior extensão pela natureza. Deste modo, segundo a escola fisiocrata somente a agricultura era produtiva, pois produzia um excedente, um produto líquido acima do valor dos recursos utilizados na produção, agregando assim um maior valor ao bem produzido.

Ainda Segundo Corazza e Martinelli Junior (2002), os autores David Ricardo e Marx, que representaram o mais alto do desenvolvimento do pensamento da economia política clássica, partilham do mesmo pensamento quanto o papel central da agricultura no desenvolvimento de uma nação. Apesar de Marx não estabelecer uma hierarquia ou peso de cada setor no âmbito da economia como um todo, o mesmo vê a hierarquia das categorias na economia dominada pelas leis de capital, não pelas leis naturais. Deste modo, embora a agricultura tenha sido o setor mais importante na economia e tenha contribuído decisivamente em fases precedentes a industrialização capitalista, seja fornecendo insumos e mão-de-obra, ou transferindo renda para o desenvolvimento urbano industrial, no momento em que a agricultura familiar e de subsistência converteu-se ao capitalismo e passou a estar subordinada á logica de produção capitalista, cujo o objetivo é a acumulação e valorização do capital, a mesma perdeu espaço perante aos novos acontecimentos advindos da revolução industrial.

Entretanto os economistas clássicos Johnston e Mellor (1961) atribuem a agricultura funções bem definidas na economia:

[...] a agricultura tem diversos papéis a desempenhar no curso do processo de desenvolvimento econômico, devendo-se destacar os cinco mais importantes: (1) fornecer alimentos para a população total; (2) fornecer capital para a economia, especialmente para a expansão do setor não agrícola; (3) fornecer mão-de-obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia; (4) fornecer ganhos cambiais com os quais os insumos críticos para o processo de desenvolvimento poderão ser adquiridos no exterior; e (5) proporcionar um amplo mercado para os produtos do setor não-agrícola.

(JOHNSTON, MELLOR, 1961, p. 46 apud FIGUEREDO, 2003, p. 187)

E ao longo destas últimas décadas o setor agropecuário brasileiro vem cumprindo estas funções clássicas tradicionais atribuídas ao desenvolvimento econômico, mesmo no período em que o setor perdeu uma relativa participação no produto nacional do Brasil, como evidência Figueiredo:

No que se refere ao processo de desenvolvimento da economia brasileira é importante notar que ao longo do século passado a agricultura deixou de ser o principal setor em termos de participação na renda e no emprego; a transição para uma economia eminentemente urbana se deu em relativo curto espaço de tempo. É certo que a despeito da redução na participação sobre a renda nacional, o setor não deixou de crescer e cumprir seus papéis no desenvolvimento do país, no sentido de Johnston e Mellor (1961). Em especial, os últimos 30 anos foram marcados por intensa modificação no padrão tecnológico da agricultura brasileira, a qual passou a ser caracterizada pelo uso de máquinas, fertilizantes, defensivos e sementes melhoradas. (FIGUEIREDO, 2003, p. 9-10)

Neste contexto cabe ainda inserir a obra de Castro (1977)<sup>6</sup>, “*7 Ensaios Sobre A Economia Brasileira*”, onde o mesmo indaga-se sobre o cumprimento do papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, no qual incumbiu a agricultura quatro papéis: a) geração de um excedente de alimentos e matérias-primas; b) liberação de mão-de-obra; c) criação de mercado; d) transferência de capitais<sup>7</sup>.

Castro ainda afirma que a geração de excedente de alimentos e matérias primas constitui-se como fundamental na para a ocorrência do desenvolvimento econômico, pois somente quando a população, trabalhando na agricultura, consegue produzir, além de suas necessidades, torna-se possível a uma comunidade iniciar o processo de diversificação de suas atividades e dinamização de sua economia e vida urbana, uma vez que o excedente nas atividades agrícolas permite o desvio da mão-de-obra para outras atividades.

Todavia, para diversos autores a insuficiência do mercado criada pela agricultura opera como mais um entrave imposto ao desenvolvimento econômico brasileiro. Sendo a industrialização, desde de seus primórdios, um desdobramento setorial das atividades secundárias fomentadas predominantemente pela agricultura. Logo presume-se que, se este setor transfere recursos para a indústria nascente, sendo que suas contribuições para a formação de capital nos demais setores pode dar-se por meio inúmeros mecanismos, não sendo fácil isolá-los e muitos menos quantifica as transferências ocorridas.

---

<sup>7</sup> CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977, p. 95.

Quanto ao Brasil como exportador *commodities*, Castro complementa:

[...] as economias exportadoras de alimentos e bebidas tropicais, matérias-primas agrícolas etc. tendem, desde cedo, a desenvolver uma agricultura de mercado interno, capaz de engendrar um volumoso excedente [...] No Brasil, não obstante a elevação ocorrida no volume da mão-de-obra ocupada pela agricultura, o êxodo rural, combinando com o crescimento vegetativo da população urbana, mostrou-se mais que suficiente para atender à demanda de mão-de-obra nas atividades urbanas. [...] é a mesma pobreza originária do campo que faz com que o ex-trabalhador rural chegue à cidade não apenas sem economias, mas também desprovido de instrução e qualificação. [...] Assim ao despejar excedentes demográficos nos centros urbanos, a agricultura estava colaborando para a generalização e consolidação de grandes disparidades distributivas. [...] a melhoria dos padrões de produtividade da agricultura acarreta encomendas industriais maiores e, sobretudo, de maior impacto dinamizador, na medida em que consolida a estrutura concentrada de propriedade da terra. [...] deverá, pois, [...] confirmar [...] a sua estrutura distributiva, altamente excludente e concentradora de renda [...] o aporte maior ou menor de recursos da agricultura em termos de transferência de capital tem sua importância relativa diminuída no nosso estilo de industrialização. [...] Neste contexto, perde muito de sua importância a contribuição da agricultura para a formação de capital, sobretudo em suas modalidades clássicas. (CASTRO,1977, p. 110)

Deste modo podemos concluir que o setor agropecuário brasileiro ocupou e ainda ocupa um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico nacional, pois é a partir do mesmo que se produzem as bases para a manutenção e aprimoramento da economia estatal, seja concebendo excedentes para a exportação e promoção de outros setores, ou fomentando e dinamizando a economia local.

## **O PAPEL DO COMPLEXO SOJA NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA**

Apesar de o primeiro cultivo comercial de soja no Brasil datar de 1914 no século XIX, introduzido na cidade de Santa Rosa Rio Grande do Sul, sua cultura somente adquiriu alguma importância econômica no final dos anos 40. Período em que datam os primeiros registros estatísticos nacionais da produção de soja, nesta época a soja era cultivada prioritariamente para produzir feno para bovinos de leite. Os poucos grãos introduzidos eram usados inteiramente nas propriedades para a engorda de suínos, visto que naquele período o comércio de grãos era precário.

Em 1949, a produção anual de soja no Brasil já alcançava **25,881 toneladas**, levando o Brasil a figurar pela primeira vez como produtor de soja nas estatísticas internacionais. Mesmo com baixos níveis de produção a década de 1940, foi fundamental no contexto de desenvolvimento do complexo soja no Brasil, pois foi neste período que o país se descobriu

como potencial produtor de soja, período o qual sua produção cresceu mais de 50 vezes, de 457 toneladas em 1941 a 25.881 toneladas em 1949.

Nas décadas seguintes o aumento da produção de soja ocorreu unicamente em razão do crescimento da área de cultivo, presumivelmente porque na década de 1950 a produção de soja se concentrava nas pequenas propriedades de mata atlântica do norte gaúcho, onde os solos eram naturalmente férteis.

Já nos anos 60 a produção de soja invadiu a região da Campanha, onde predominavam pastagens nativas com solos ácidos e inférteis. Neste período, a política oficial de incentivo ao trigo foi responsável também por estimular sua produção, dada a possibilidade de utilizar, no verão as mesmas terras, maquinário e mão de obra no cultivo de soja, já que o cereal era cultivado no inverno e o cultivo de milho enfrentava um mercado não tão favorável na época.

Entretanto é na década de 70 que o Brasil se consolida no mercado internacional como país produtor e exportador de soja, neste período o país aliava excelentes condições de mercado interno e externo, programas de incentivos agrícolas, como a implantação da Operação Tatu<sup>8</sup> na região de Santa Rosa (RS), atuação de cooperativas, apoio a pesquisas e assistência técnica e a possibilidade de mecanização de todas as fases do cultivo, possibilitando assim a entrada definitiva do Brasil no mercado internacional de commodities de soja.

Atualmente a soja desempenha um papel singular dentro da balança comercial brasileira, de janeiro a setembro de 2018 o país já exportou praticamente a mesma quantidade do grão e seus subprodutos, que o embarcado em todo o ano de 2017. Segundo dados obtidos através da APROSOJA Brasil, no acumulado de 2018, entre janeiro a setembro o Brasil exportou 83,4 milhões de toneladas de soja e seus derivados, enquanto que em 2017 o país exportou 73,313 milhões de toneladas em igual período e 83,6 milhões de toneladas no acumulado anual.

A receita obtida neste período, com as vendas do complexo nos nove primeiros meses de 2018, totalizaram US\$ 33,6 bilhões, contra US\$ 31,7 bilhões da receita anual de 2017. Tal fato ocorreu devido a quebra na safra de soja da Argentina e a disputa comercial entre Estados Unidos e China, fazendo com que China voltasse sua demanda para o Brasil, aumentando os embarques do complexo soja ainda mais nos últimos seis meses do ano fazendo com que o

---

<sup>8</sup> A Operação Tatu teve como objetivo recuperar os solos da região de Santa Rosa (RS) por meio da aplicação de calcário, o que evitou o êxodo dos produtores rurais e proporcionou o sucesso do cultivo da soja na região. Além disso, deu origem ao Plano Nacional de Calcário Agrícola, criado na década de 90.

Brasil consolidasse sua posição como o segundo maior produtor mundial de grãos, com 5,444 milhões de hectares de área plantada e uma produtividade de 3.503 kg/ha, perdendo somente para os Estado Unidos cuja produtividade é de 3.299 kg/ha e 36,228 milhões de hectares de área de plantio.

## **A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA SOJA EM DIREÇÃO AO CERRADO AMAZÔNICO**

A expansão da fronteira agrícola em direção ao centro-oeste contou com a efetiva participação do estado a partir da construção de uma ferrovia em 1930 que ligou São Paulo a Anápolis estimulando o povoamento da Sul de Goiás e do Triângulo Mineiro; e da implementação de programas como: o Programa de Assentamentos Dirigido do Alto Parnaíba(PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLICENTRO) e o Programa de Assentamento Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que permitiram a capitalização da agricultura local.

Já na Amazônia, assim como na região centro-oeste a ocupação pautou-se na colonização dirigida e na implementação de grandes projetos de investimentos. Onde podemos destacar duas principais fases de ocupação: a primeira que aconteceu entre os anos de 1966 e 1970, marcada pela criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e pela mudança da SPVEA para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Operação Amazônica e da criação da Amazônia Legal e do Banco da Amazônia; quanto a segunda fase, que compreende o período de 1970 a 1981, é caracterizada pelo lançamento de programas governamentais como o Plano de Integração Nacional, o Projeto Integrado de Colonização (PIC), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e o Projeto Grande Carajás.

Entretanto é na década de 1990 que a soja chega de forma definitiva a região norte, tendo em vista que, a adaptação do cerrado para atividades agropecuárias elevou a pressão sobre o bioma e os preços que eram cobrados pela terra se elevaram, provocando altas consideráveis nos preços que refletiam diretamente nos custos de produção. O que levou a procura por novos espaços, e aumentou o interesse pela criação de uma nova fronteira agrícola, como relata Costa:

Um dos fatores mais importantes que contribuiu para a rápida expansão das lavouras de soja nos estados amazônicos foi o grande “estoque” de terras, com características favoráveis à implantação das lavouras comerciais, a preços reduzidos. O mercado de terra nas áreas de fronteira sofre grande influência da ação dos agentes locais, que atuam no sentido de reduzir a mobilização de capital na aquisição de novas áreas. (COSTA, 2012, p.02)

As primeiras plantações de soja na região norte se estabeleceram nos estados de Roraima, Pará e Amazonas, primeiramente o interesse estava voltado para os fragmentos de cerrados desses estados, entretanto aos poucos foi se voltando para as áreas de floresta densa já degradada, principalmente pastagens abandonadas tanto pela pecuária quanto pela agricultura familiar.

Como salientado por Costa um dos fatores que favoreceram o início da sojicultura na Amazônia foram os “estoques de terras” na região, devido à dificuldade e falta de disposição do governo em promover programas de regularização fundiária, a exemplo da criação de Unidades de Conservação, implantação de projetos de reforma agrária, demarcação de territórios quilombolas, indígenas ou até mesmo a propriedade privada. Mantendo assim esses territórios sob tutela das instituições públicas, provocando grande pressão sobre essas regiões, áreas onde a densidade demográfica era baixa ou quase nula, ou até mesmo territórios que já haviam sofrido intervenções, a exemplo de áreas com pastagens abandonadas, deste modo justificando o avanço da atividade.

Deste modo os estados que antes não despertavam interesse dos produtores agrícolas, principalmente por deficiências em relação a infraestrutura e por estarem fora das zonas de escoamento de produção, passaram a ser cooptados pelo capital agrícola integrando assim a região norte e a tornando uma “nova fronteira agrícola”.

As atividades agropecuárias são caracterizadas por dinâmicas fortemente imbricadas aos movimentos do mercado respondendo a cada agitação ou ação, nos últimos anos a Amazônia se transformou em um território da agricultura comercial, e aos poucos a atividade vem se expandindo pela floresta amazônica na tentativa de ganhar ainda mais espaço. E nesta busca intensa por espaços o estado do Amapá transforma-se em uma região de novas oportunidades para o agronegócio de grãos elevando-o a outro patamar, o de nova fronteira agrícola.

## **A INTEGRAÇÃO DO AMAPÁ NO CIRCUITO PRODUTIVO DA SOJA**

Formado por uma superfície de 142.814,585 km<sup>2</sup>, correspondendo a 1,67% do território brasileiro e a 3,71% da Região Norte, o estado do Amapá conta com uma população de 797.722<sup>9</sup> habitantes, está localizado no extremo norte da Amazônia Oriental, sendo composto por 16

---

<sup>9</sup> Fonte: IBGE cidades 2017



municípios, cuja a capital Macapá está situada sobre a linha do equador, sendo esta a única capital brasileira nesta condição. Suas fronteiras territoriais são com Guiana Francesa a Norte, Suriname a Nordeste, estado do Pará ao Sul e Oeste, e o Oceano Atlântico Leste, sendo esta última correspondente a 8,11% do litoral atlântico brasileiro.

Sua economia está diretamente vinculada as atividades do setor público, a composição de seu PIB revela que este segmento representa 44% <sup>10</sup> (dos 88,6% do setor de serviços) do total de riquezas geradas no Amapá. Suas principais fontes de renda são: agricultura, pecuária, mineração, indústrias e serviços. Entretanto seu setor produtivo ainda é incipiente, tendo em vista que as atividades do setor primário correspondem a 2,22% de seu PIB, e a indústria contribui com apenas 8,1% <sup>11</sup> na composição de sua estrutura econômica, caracterizando-se assim como uma economia regional incipiente e pouco diversificada, mas com imenso potencial logístico devido sua localização estratégica em relação aos principais mercados internacionais.

Diversos foram os fatores que motivaram a inserção do cultivo de soja no estado do Amapá, entretanto destaca-se inicialmente uma questão ligada á logística global de produção de grãos no Brasil, que encontrou o Amapá como uma rota alternativa para o escoamento da produção de grãos do Mato Grosso, um dos maiores polos nacionais de produção e exportação de soja.

O projeto de inclusão do Amapá na rota de exportação de grãos foi apresentado ao final de 2014, mais só foi posto em prática de fato no início de 2016 a com a construção de um terminal graneleiro instalado no Porto de Santana, pela empresa Cianport controlada pela *holding* Fiagril. Este terminal composto por três silos com capacidade de armazenamento de 54 mil toneladas de grãos, descarregador de barcaças, esteiras transportadoras, balança de fluxo e expedição, de modo a permitir o carregamento de navios de até 55 mil toneladas, e com a capacidade máxima de embarque anual de com 1,8 milhões de toneladas, faz parte de um projeto que consiste em embarçar a produção de Mato Grosso em um modal de transporte que inclui um trecho rodoviário até o distrito de Miritituba, e é embarcada em um trecho fluvial em Itaituba (PA), sendo transferidas em barcaças que levarão a carga ao Porto de Santana (AP), e de lá a carga segue em navios graneleiros para os países consumidores na Europa, Estados Unidos e Ásia.

---

<sup>10</sup> Contas Nacionais – IBGE, BC, Secex-2018.

<sup>11</sup> DEPEC – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos- BRADESCO. 2018.

A principal vantagem desta nova logística proporcionada pelo Corredor Norte de Exportação, é a economia que o frete fluvial proporciona, com um custo menor em cerca de US\$ 50 a US\$ 80 por cada tonelada. Visto que anteriormente, esta produção era encarecida devido, o seu transbordo pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), portos extremamente congestionados e distantes dos centros de produção. A título de comparação a distância entre o Porto de Santos e o Porto de Mato Grosso é de 2.300 km; já a distância entre Itaituba é de apenas 1.100 km.

### Mapa 01- Rota multimodal da produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro com escoamento pelo Corredor Norte



Fonte: Integração do Amapá ao Circuito Produtivo da Soja (MARGARIT, Eduardo,2017)

A instalação de um terminal graneleiro no Porto de Santana despertou também o interesse dos produtores do Centro-Oeste para a possibilidade que o Amapá não fosse apenas mais um centro de transbordo, mas também um polo de produção de grãos. Sendo uma de suas grandes vantagens a disponibilidade de terras a um preço mais competitivo do que nas demais regiões produtoras do país. O Zoneamento Ecológico Econômico do Cerrado do Amapá, concluiu um estudo onde informa que aproximadamente 176 mil hectares de cerrado podem ser destinados a agricultura, conforme demonstra o quadro 01:

### Quadro 01- Aptidão agrícola dos cerrados do Amapá

Uso preferencial	Quantificação	
	Área (há)	Área (%)
Terras com classe de aptidão BOA para agricultura	176.503,01	24,47
Terras com classe de aptidão BOA para agricultura familiar	72.052,45	9,99
Terras com classe de aptidão REGULAR para agricultura	6.240,45	0,87
Terras com classe de aptidão BOA para pecuária	62.770,36	8,70
Terras com aptidão NÃO RECOMENDADA para atividade agropecuária	403699,69	55,97
<b>Total</b>	<b>721.265,96</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Cerrado do Amapá, 2016.

Logo os cerrados amapaenses se tornaram um atrativo para aos produtores da região Centro-Oeste, que viram na região uma fuga dos preços exorbitantes cobrados pelas terras nas regiões de cultivo do Centro-Oeste.

Contudo, a proximidade da região produtora no Amapá e o porto de escoamento, é o principal atrativo. Haja vista que, a maior distância entre o porto de Santana e uma fazenda de grãos não ultrapassa 300 km, sendo que maior parte deste percurso pode ser vencida pela rodovia BR 156, que neste trecho é pavimentada e em bom estado de conservação. Em 2016 a APROSOJA, realizou um estudo sobre o diferencial de competitividade do frete da produção amapaense, onde demonstra as vantagens comparativas de custo de frete entre Amapá, Paraná e Mato Grosso:

#### Quadro 02- Comparativo de custos de frete entra Amapá, Paraná e Mato Grosso

Amapá-AP	US\$/t	Paraná-PR	US\$/t	Mato Grosso-MT	US\$/t
Frete interno - Média da região produtora até o porto	15,00	Frete interno - Média da região produtora até o porto	45,00	Frete interno- Média da região até o porto	105,00
Frete Externo- Santana/AP para Rotterdam/Ho	60,00	Frete Externo- Paranaguá-PR para Rotterdam/Ho	80,00	Frete Externo- Paranaguá-PR para Rotterdam/Ho	80,00
<b>Frete total</b>	<b>75,00</b>	<b>Frete Total</b>	<b>125,00</b>	<b>Frete Total</b>	<b>185,00</b>

Fonte: APROSOJA-AP, 2016.

Sendo assim, se considerarmos o preço médio pago por saca de soja e compararmos os custos do frete, o produtor instalado no Amapá tem uma possibilidade de ganhos monetários 12% superiores em relação ao do Paraná, e de 31% se cotejado com o mato-grossense (CHELALA E CHELALA, 2016).

## **A INTRODUÇÃO DO CULTIVO DE SOJA NO AMAPÁ COMO POTENCIAL ECONÔMICO DE DESENVOLVIMENTO VOLTADO AO MERCADO EXTERNO**

Como citado anteriormente por Johnston e Mellor, a agricultura possui papéis bem definidos no processo de desenvolvimento econômico de uma nação, e cabe aqui elenca-los como as bases que possivelmente nortearam esta nova etapa da agricultura no estado do Amapá, sendo elas: o fornecimento de alimentos para a população total; fornecimento de capital para a economia, especialmente para a expansão do setor não agrícola; fornecimento de mão-de-obra para o crescimento diversificado da economia; fornecimento de ganhos cambiais com os quais os insumos críticos para o processo de desenvolvimento poderão ser adquiridos no exterior; e proporcionar um amplo mercado para os produtos do setor não agrícola.

Em 29 de outubro de 2014, a Companhia Norte de Navegação e Portos – Cianport, assinou em Brasília, o contrato de instalação de um Terminal de Uso Privado (TUP) na Ilha de Santana, tal outorga concedida pela concedida Secretaria Nacional de Portos possui duração de 25 anos, podendo ser renovada por igual período. Este terminal, subordinado ao Porto de Santana, está interligado ao terminal instalado as margens do Rio Tapajós, em Itaituba (PA), beneficiando o escoamento de grãos pela rota norte do país e desafogando o trecho norte da BR 163, que interliga o Centro-Oeste a região Norte do Brasil.

Esta nova rota que surge com implantação do Terminal de Uso Privado (TUP) na Ilha de Santana, e que acompanha carretas, barcaças e navios graneleiros, em uma rota que se inicia no Mato Grosso e vai até os países compradores, passando pelo Amapá, possibilitando que estes meios de transbordo possam retornar ao seu ponto de origem com insumos agrícolas ao produtor, sendo assim, uma rota de mão dupla, onde se ganha não somente com a exportação, mas também com a compra de insumos agrícolas mais baratos, que diminuem ainda mais os preços da produção aliada à exportação, fornecendo assim ganhos cambiais com os quais os insumos críticos para o processo de desenvolvimento regional poderão ser adquiridos no exterior.

O objetivo desta nova rota busca atender os mercados da Ásia e Europa, e posteriormente os mercados do Oriente Médio, Caribe, América do Sul e continente africano.

Proporcionando a criação de uma extensa rede de contatos com diversos mercados internacionais, ampliando assim, o mercado amapaense para possibilidade de não somente exportar insumos agrícolas, mas também para a criação de laços que futuramente possam beneficiar outros setores econômicos.

Conseqüentemente, com a inclusão do estado do Amapá na rota de exportação de grãos, ocorreu o deslocamento de uma parte do segmento produtivo de soja do Mato Grosso para os cerrados amapaenses, gerando assim, igual expectativa em relação a diversificação da economia regional. Haja vista que, espera-se que a introdução do cultivo de soja em solo amapaense, possa fomentar outros setores correlatos a sua cadeia produtiva, a exemplo da avicultura em escala industrial, agroindústrias, produção de biodiesel e a produção de ração animal; gerando uma “nova ordem econômica” com a transformação de insumos agrícolas em insumos animais, como frangos, suínos, piscicultura e outros.

Deste modo, o setor agropecuário passaria a atuar de forma direta na economia amapaense, fornecendo capital para a economia, especialmente para a expansão do setor não agrícola e fornecendo alimentos em menor custo para a sua população total, através da influência de suas cadeias produtivas no destino e usos da soja.

Como Hirschman exemplifica através de sua teoria de encadeamento produtivo, que vê o desenvolvimento como uma sequência de desequilíbrios, onde o conceito de encadeamentos produtivos partirá de uma indústria mestre, que irá estabelecer relações de cadeia para frente (*forward linkage effects*) e para trás (*backward linkage effects*).

Os encadeamentos para frente (*forward linkage effects*) são encadeamentos que proporcionam o crescimento de indústrias de bens de consumo industrializados, devido ao crescimento inicial daqueles que fornecem matéria prima. Já os encadeamentos para trás (*backward linkage effects*) é o crescimento de um conjunto de indústrias que estimula o crescimento das indústrias primárias que fornecem matérias primas.

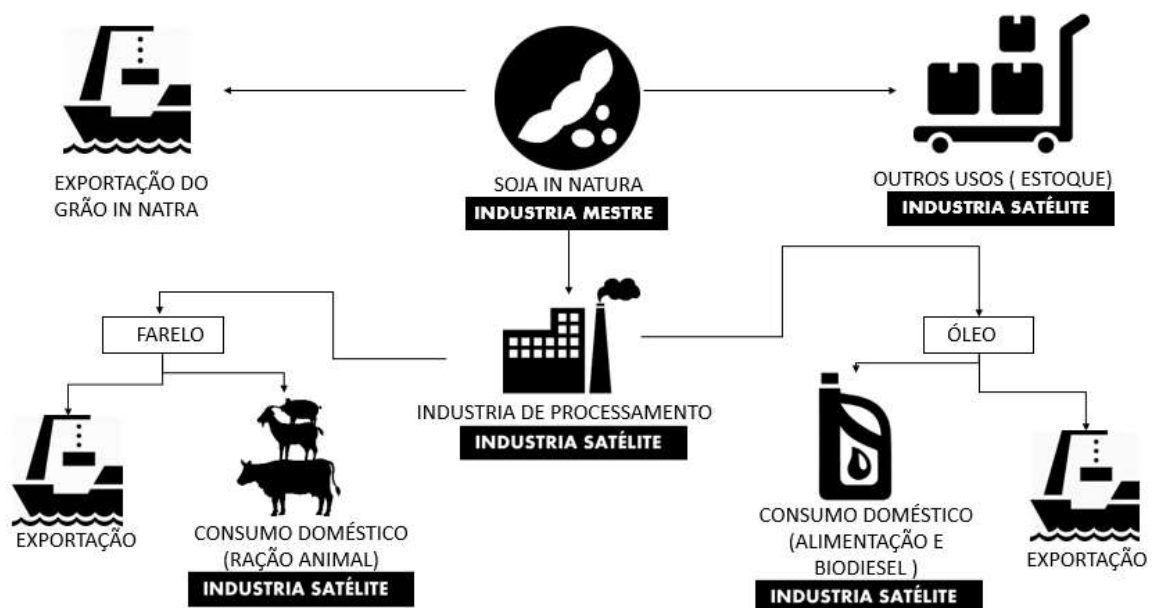
Hirschman (1961) ampara sua tese nos desequilíbrios como fatores de desenvolvimento econômico, provedores de uma ótica progressista que auxiliaram o processo de desenvolvimento.

O conceito de efeitos em cadeia determina um ponto de vista especial, isto é, o de certas características inerentes às atividades produtivas já em progresso a partir de um certo momento. Pergunta-se em que medida as atividades em andamento, por causa dessas características, impulsionam, ou mais modestamente, “convidam” alguns operadores a enveredarem por novas atividades. Sempre que tal acontece, estamos em

presença de um efeito em cadeia que parte da atividade em andamento para a nova atividade. (HIRSCHMAN, 1961, p. 52).

Portanto, a instalação de uma indústria-mestre amplia as possibilidades de instalação de indústrias-satélites, que por sua vez, movimentaram toda a economia local por meio de seus encadeamentos produtivos para frente e para trás, como exemplifica a figura 01, a respeito dos destinos e usos da soja:

**Figura 01- Destinos e usos da soja**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sendo assim, nota-se que uma futura divisão criada pela cadeia produtiva da soja no Amapá, poderá gerar aumentos de produtividade, de modo que a especialização adquirida tenderá a ultrapassar o caráter individual e propagar-se por toda a região. Assim o ganho almejado individualmente pelos agentes econômicos acabará por dinamizar o comércio em toda a região, logo o mercado "[...] a procura de sua própria vantagem individual natural [...] leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade" (SMITH, 1996, p. 436).

Porém, segundo Hirschman é importante ressaltar, que não se deve conceber a ideia de que os encadeamentos produtivos resolverão todos os obstáculos ao desenvolvimento, tendo em vista que:

[...] por motivos óbvios, não se deve depositar excessiva confiança nessas classificações, baseados que são numa experiência mental, sujeita a inúmeras alterações. O desenvolvimento industrial, é claro, não se pode iniciar em toda parte pela

indústria do ferro e do aço, só porque esta indústria leva ao máximo a cadeia (HIRSCHMAN, 1961, p. 168).

Entretanto não se pode negar que, mesmo que nos países em desenvolvimento apenas uma pequena parte da produção seja beneficiada antes do consumo ou exportação, a exemplo da produção de soja no estado do Amapá, os recursos advindos da exportação fomentam o mercado e propiciam a importação, sendo este um fator estimulante ao desenvolvimento econômico local.

Como relata a Teoria da Base Exportadora de Douglas North (1955), que surge a partir da constatação de que muitas regiões se desenvolveram se passar pela evolução de sistemas agrícolas de subsistência até uma economia de serviços, passando pela fase de substituição de importações. Tendo como exemplo o desenvolvimento histórico de várias regiões americanas e canadenses, que tiveram seu impulso lucrativo a partir de exportações lucrativas de seus recursos naturais.

Estas novas regiões no qual North baseia sua teoria, eram áreas cujo objetivo básico consistia na exploração da terra e seus recursos naturais com a finalidade de produzir bens que pudessem ser comercializados no mercado externo e se transformassem em capital para o estado. O autor cita como exemplo o Noroeste Pacífico norte-americano do século XIX, que foi palco de um período de rápido crescimento, baseado em apenas dois produtos de exportação: trigo e madeira.

Nesses casos todo restante do setor secundário e terciário era passivo, de modo de que se destinava apenas a atender a necessidade de consumo local, e seu crescimento estava vinculado diretamente a situação cambial dos produtos exportáveis. Sendo assim, os produtos de base desempenham um papel crucial no desenvolvimento da região, e com o tempo, as exportações em sua grande maioria de produtos agrícolas, passam a apresentar uma maior diversificação, incluindo vários outros novos produtos. devido ao crescimento da demanda do bem de exportado pela região, devido a um aumento da renda de mercado.

## **CONCLUSÃO**

Atualmente podemos observar um crescimento expressivo na demanda internacional por *commodities*, tal aumento tem sido impulsionado pelo crescimento acelerado da China, que tem se revelado como um gigantesco mercado consumidor de matéria prima, e um importante parceiro comercial na compra de *commodities* de países exportadores da América Latina como o Brasil.

Diante disso, as perspectivas para o mercado de grão no Amapá são positivas, com esta nova dinâmica econômica estimasse que o setor agrícola possa gerar 15 mil postos de trabalhos diretos e 75 mil indiretos, além de propiciar um crescimento qualitativo destes postos de trabalho, onde a remuneração média paga atualmente pelo segmento no estado é superior a R\$1,2 mil, mais que o dobro do rendimento médio na área rural apurado pelo IBGE, e ainda movimentar mais de 60 milhões por ano na economia do estado, de acordo com a Associação de Produtores de Soja do Amapá - APROSOJA<sup>12</sup>.

Entretanto e necessário pontuar que, a ideia de recursos naturais como uma possibilidade ao desenvolvimento econômico envolve três fatores essenciais para o sucesso de qualquer economia pautada na produção e exportação de seus recursos naturais. o primeiro fator está relacionado à qualidade das instituições, tendo em vista que os arranjos institucionais são os responsáveis fundamentais pelo desempenho econômico bom ou ruim das economias detentoras de abundantes recursos naturais, logo uma economia que preza pela qualidade de suas instituições estará muito mais propensa ao sucesso de seus investimentos, sejam eles em *commodities* ou bens de maior valor agregado; já o segundo fator diz respeito ao comportamento rentista dos agentes econômicos, que se destaca devido à aplicação de modelos de *rent-seeking*, ou seja, a manipulação do ambiente social ou político no qual as atividades econômicas ocorrem, tendo em vista que vastas riquezas naturais podem ser apropriadas por poucos grupos interessados somente no seu enriquecimento pessoal, o que resulta na diminuição renda que poderia ser canalizada para atividades produtivas que favorecessem a sociedade como um todo.

E o terceiro e último fator alerta para o comportamento de *patronagem*<sup>13</sup>, cuja forma de apropriação de renda proveniente de recursos naturais gera profundo impacto na economia estatal, tendo em vista que consideráveis somas são investidas pelos governos em projetos de desenvolvimento que alcançam resultados inexpressivos ao longo do tempo, revelando assim um descompasso entre a eficiência política e economia, tais investimentos podem ser politicamente importantes para os governos se manterem no poder, mas são economicamente improditivos; em vista disso se faz necessário a boa qualidade das instituições de responsabilidade democrática, que possam não somente limitar a extensão pelo qual um

---

<sup>12</sup> Fonte: Associação dos Produtores de Soja -APROSOJA, 2016.

<sup>13</sup> Relação através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos. Trata-se de um vínculo pessoal, vertical, entre indivíduos de status, poder e riqueza diferentes, uma relação assimétrica que se expressa mesmo através de uma troca desequilibrada, com fluxos de natureza distinta.



governo se assegura no poder via *patronagem*, mas principalmente minimizar os efeitos negativos deste tipo de comportamento nocivo para a economia.

Portanto, podemos concluir que apesar de o Amapá demonstrar uma excelente aptidão para o comércio internacional, através de seus fatores locacionais, e a atividade de produção e exportação de grãos possuir a capacidade e dinamizar e fomentar a economia local, como constatado através das teorias de Albert Hirschman e Douglas North. A promoção do desenvolvimento e alteração do cenário econômico local a partir da produção e exportação de soja deverá ser inicialmente limitada no Estado do Amapá, em função de não estarem maduras as instituições locais para tal modelo de produção, bem como as condições para o transbordo e encadeamento da atividade com seus segmentos correlatos, e os comportamento de *rent-seeking* e *patronagem* serem ainda entraves que dificultam não somente a cadeia produtiva de grão no estado, mas como também o crescimento e avanço de sua economia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAPÁ, EMBRAPA. Zoneamento Socioambiental do Cerrado do Estado do Amapá. Relatório Técnico Sintetizado Destinado ao conhecimento Geral do Estudo, Macapá, Amapá, 2016.

APROSOJA. Agro Cenário discute as perspectivas para política e economia para 2016, Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/12/14/agro-cenario-discute-as-perspectivas-da-politica-e-da-economia-para-2016/>> Acesso em: 30 de nov de 2018.

CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977,

CHELALA, Claudia; CHELALA, Charles. Amapá, uma nova fronteira do agronegócio de grãos.54 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Maceió, Alagoas. 2016.

CHELALA, Claudia; CHELALA, Charles. Políticas públicas e agricultura no estado do Amapá.55 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017.

Contas Nacionais – IBGE, BC, Secex-2018. Disponível em:<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Contas\\_Nacionais\\_Trimestrais/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/2017/pib-vol-val\\_201704caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2017/pib-vol-val_201704caderno.pdf)> Acesso em: 28 de jan 2019.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JUNIOR, Orlando. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. Revista Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, v.10, n.19, p. 13. nov. 2002.

DEPEC – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos- BRADESCO. 2018. Disponível em :<[https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infreg\\_SP.pdf](https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infreg_SP.pdf)> Acesso em: 13 de jan 2019.

EMBRAPA, Soja em números (safra 2017/2018). Disponível em :<<https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>> Acesso em: 15 de jan de 2019.

FIGUEIREDO, M. G. de. Agricultura e estrutura produtiva do Estado de Mato Grosso: uma análise insumo-produto. 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FLEXOR, Georges G. et al. A expansão da cadeia da soja na Amazônia: os casos do Pará e Amazonas. 46 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Fortaleza, 2006.

HIRSCHMAN, A. O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo Cultura, 1961.  
IBGE. IBGE cidades 2017, Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>> Acesso em: 16 out 2018.

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ap/pesquisa/24/27745>>. Acesso em 30 de dez 2018.

MARGARIT, Eduardo. Integração do Amapá ao Circuito Produtivo da Soja, Revista InterEspaço revista de geografia e interdisciplinaridade, Grajaú, MA. v. 4, n. 12 p. 108-119 jan. 2018.

NEXO. As commodities e seu impacto na economia do Brasil. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico. Apud SCHWARTZMAN. J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, MG. 1977.

MIRANDA, Roberto de Sousa. O Agronegócio da Soja no Brasil: do Estado ao Capital Privado, Revista Norus, Campina Grande, Paraíba, v. 1, n. 2 jan -jun 2014

JOHNSTON, B. F.; MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. FIGUEIREDO, M. G. de. Agricultura e estrutura produtiva do Estado de Mato Grosso: uma análise insumo-produto. 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Apud

Arrumar as referencias

Colocar os APU's ex:

"[...] o viés organicista da burocracia estatal e antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946." (VIANNA, 1986, p. 172 apud SEGATTO, 1995, p. 214-215)